

RADAR FEMINISTA



NO CONGRESSO NACIONAL

19 a 23 de outubro de 2020

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski determinou ao Ministério da Saúde, à Advocacia-Geral da União (AGU) e à Procuradoria Geral da República (PGR) que se manifestem sobre a nova Portaria 2.561/2020. O Ministro é relator das duas ações que questionavam a portaria anterior, a 2.282/2020, sobre os procedimentos para autorização da Interrupção da Gravidez nos Casos previstos em Lei. Por decisão do ministro Lewandowski o pedido de liminar será discutido no plenário, o que deve demorar.

O presidente da Câmara parece que já esqueceu seu compromisso de votar um dos muitos Projetos de Decretos Legislativos que sustam a Portaria. Mas nós temos pressa, pois os efeitos nefastos na nova portaria já estão sendo sentidos nos serviços de saúde.

Na semana passada, o STF se deparou com os impactos da decisão de um de seus ministros de libertar um traficante internacional, agora foragido, com base em artigo sobre a revisão periódica da prisão provisória. O artigo que permitiu a decisão tomada foi incluído de última hora no Pacote Anticrime. E, como de praxe, na Câmara e Senado estão sendo apresentadas inúmeras propostas excluindo esse artigo da Lei, a exemplo do PL 4907/2020, PL 4900/2020, PL 4897/2020, PL 4888/2020, PL 4914/2020, PL 4922/2020, PL 4914/2020, PL 4917/2020, PL 4918/2020 e PL 4904/2020. Foi apresentada também uma petição (PET 6/2020) oferecendo representação contra o ministro Marco Aurélio de Mello, responsável pela decisão.

Mas a questão não é simples, se olharmos o tempo de encarceramento indefinido de presos meramente preventivos, nos deparamos com uma difícil realidade do sistema carcerário brasileiro.

RADAR FEMINISTA



NO CONGRESSO NACIONAL

19 a 23 de outubro de 2020

Uma publicação do IPEA e Ministério da Justiça indicou que no geral, a prisão preventiva média durava cerca de dois anos e três meses na Bahia e 1 ano e dez meses em Santa Catarina. E, para boa parte dessas pessoas, o tempo de pena já cumprido não poderia nem ser considerado “antecipação de pena”, pois foram inocentados. Na Bahia, dos réus absolvidos, mais de 85% ficaram presos e em Santa Catarina, 65.8% dos que foram declarados inocentes pegaram cadeia.

O Senador amigo do Presidente e vice-líder do governo no Senado Federal, envolvido em desvio de verbas destinadas ao enfrentamento da pandemia, é pego com dinheiro escondido na cueca. A Mensagem nº 611, de 15 de outubro de 2020, solicita providências para sua dispensa “à pedido”, da função de vice-líder e a Petição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (PCE 7/2020) apresentada pelos partidos Rede Sustentabilidade e Cidadania, requer a abertura de procedimento disciplinar contra o Senador Chico Rodrigues.

Nas danças dos blocos na Câmara o PTB e o Pros deixam o bloco liderado pelo deputado Arthur Lira (PP-AL) e se juntam ao PSL. A Comissão Mista da Reforma Tributária prorrogou seus trabalhos até dezembro e o governo e congresso estão discutindo a possibilidade de cancelamento do recesso parlamentar previsto para janeiro. Enquanto isso a pandemia segue ativa. Já são quase 5,5 milhões de infectados e 155 mil mortes.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

Mais uma semana, agora da consciência mental materna. Não seria melhor fortalecer os serviços?

Rejane Dias (PT/PI) apresentou o [PL 4947/2020](#), que institui a Semana da Consciência Mental Materna, com o desenvolvimento de atividades de educação, conscientização, esclarecimento e mobilização a respeito da saúde mental da mulher no período de gravidez e puerpério. Segundo a autora, a proposta foi baseada em iniciativa da Global Alliance for Maternal Mental Health, propondo a primeira quarta-feira de maio como Dia Mundial da Saúde Mental Materna.

Aumento de pena se crime de feminicídio for cometido em tempos de pandemia

[PL 4932/2020](#), de autoria da deputada Aline Gurgel (REPUBLIC/AP), altera o Código Penal para aumentar a pena do feminicídio se o crime for praticado durante a ocorrência de calamidade pública.

Creches noturnas para crianças com responsáveis que trabalhem à noite

O deputado Alexandre Frota (PSDB/SP) (sim, ele mesmo!) apresentou o [PL 4949/2020](#), que propõe estabelecer o horário noturno para todas as creches do país, para crianças com pais ou responsáveis que trabalhem nesse turno.

Mais uma que sugere a obrigatoriedade de condomínios denunciarem a ocorrência de violência doméstica.

De autoria do deputado Vicentinho Júnior (PL/TO), o [PL 4941/2020](#) quer obrigar os condomínios residenciais e comerciais a comunicarem aos órgãos de segurança pública, acerca da ocorrência de violência doméstica. Este projeto se junta a outros semelhantes que estão sendo discutidas, a exemplo do [PL 2510/2020](#), já aprovado no Senado. Bahia, Rio de Janeiro e Paraná aprovaram leis estaduais nesse mesmo sentido.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

Propostas que reforçam discriminação são apresentadas por Deputado do PSL

O deputado Léo Motta (PSL/MG) apresentou duas propostas absurdas que reforçam posições discriminatórias: o PL 4893/2020, que tipifica como crime a conduta de quem, nas dependências das instituições da rede municipal, estadual e federal de ensino, adote, divulgue, realize, ou organize política de ensino, currículo escolar, disciplina obrigatório, complementar ou facultativa, ou ainda atividades culturais que tenham como conteúdo a ideologia de gênero.

E o PL 4892/2020, que esclarece que a recusa a realizar cerimônias religiosas envolvendo pessoas assumidamente homossexuais não caracteriza crime de homofobia.

Homenagem a Antonieta de Barros e Museu da História da Escravidão e da Consciência Negra

O deputado Alessandro Molon (PSB/RJ) apresentou duas propostas bem interessantes: o PL 4940/2020, de autoria inscreve o nome de Antonieta de Barros no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria e o PL 4894/2020, que autoriza o Poder Executivo federal a criar o Museu da História da Escravidão e da Consciência Negra, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Aumento da pena para maus tratos contra idosos

PL 4903/2020, de autoria do deputado Denis Bezerra (PSB/CE), dispõe sobre maus tratos contra pessoa idosa, alterando o Estatuto do Idoso.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

Mais isenção para organizações religiosas e homenagens

O deputado Gilberto Nascimento (PSC/SP), apresentou o [PL 4936/2020](#) para explicitar a imunidade constitucional do Imposto sobre a Renda e isentar do pagamento do IOF as organizações religiosas e as pessoas físicas residentes no País que estejam em missão religiosa em Estado estrangeiro.

Tem também um Projeto de Resolução do Senado - [PRS 45/2020](#), de autoria do senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE) que quer instituir, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Santa Dulce dos Pobres, destinada a homenagear pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado relevantes serviços na área social da saúde.

Auxílio emergencial até junho de 2021

O deputado Jesus Sérgio (PDT/AC) apresentou as [INC 1083/2020](#) e a [INC 1084/2020](#) sugerindo aos ministros da Economia e da Cidadania que o pagamento do Auxílio Emergencial seja prorrogado até 30 de junho de 2021, e que os pagamentos mensais sejam no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por beneficiário, sendo que para a mãe chefe de família o valor seja de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais).

Bancada do PT apresenta o Programa de Trabalho e Renda para Todos

[PL 4943/2020](#), de autoria do deputado Enio Verri (PT/PR e mais 52 deputados e deputadas do PT), institui o Programa Trabalho e Renda para Todos. A proposta aborda diversos pontos, como a garantia de alguns benefícios ao trabalhador informal como o recebimento de meio salário-mínimo, gozo de férias, licenças maternidade e paternidade, folga semanal aos domingos, recolhimento do RGPS. O artigo 4, que trata dos postos de trabalho, coloca entre os grupos prioritários as mulheres provedoras de famílias monoparentais.

VALE A PENA CONFERIR!

> Baderna Feminista

Artigo do SOS Corpo na coluna Baderna Feminista do site Outras Palavras: Democratizar a democracia, luta de longo prazo

> Folha de Pernambuco

Matéria: Colonização do corpo da mulher e direito ao aborto

> Treta Aqui

Uma articulação de organizações da sociedade civil lançou o site Treta Aqui para denunciar discursos de ódio e desinformação nas eleições!

> Contatos Assessoria

Calendário de Medidas Provisórias pendentes de apreciação no Congresso Nacional



Radar elaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.